

## Estatísticos do Judiciário se reúnem para aperfeiçoar dados da Justiça

A importância de aprimorar o uso dos dados estatísticos na administração judiciária para a formulação e acompanhamento de políticas públicas. Esse foi o tema do III Workshop Estatística do Poder Judiciário que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou nos dias 1º e 2 de agosto, em Brasília. O evento reuniu os responsáveis pela produção de estatísticas dos diferentes ramos do Judiciário, visando proporcionar a esses profissionais a atualização e troca de informações sobre o emprego e aperfeiçoamento dos dados estatísticos na Justiça.

Ao fazer a abertura do workshop, o conselheiro do CNJ Fernando Mattos disse que a finalidade do sistema de estatística do Poder Judiciário, conforme a Resolução n. 76/2009, é fazer a coleta de informações e produzir indicadores estatísticos precisos e confiáveis que possibilitem comparações, diagnósticos e análises estatísticas.

O sistema também é responsável por mensurações e avaliações de desempenho ou produtividade de órgãos, de magistrados e servidores que subsidiam a tomada de decisões relacionadas ao planejamento e gestão estratégica das instituições do Judiciário.

Considerando a importância da estatística e o atual contexto de disponibilidades do orçamento público, Fernando Mattos disse que será necessário fazer mais com os recursos disponíveis.

“A área da estatística é fundamental, porque permite conhecer o Poder Judiciário e suas principais demandas”, afirmou. “Restrições orçamentárias e financeiras vão exigir de nós criatividade, que trabalhemos mais com menos ou com aquilo que temos, em uma perspectiva que demanda o trabalho dos senhores e senhoras (profissionais de estatística)”, completou.

O secretário de Programas Especiais do CNJ, Richard Pae Kim, disse que a gestão estratégica e o planejamento somente podem ser feitos com o acompanhamento contínuo das estatísticas, metas e indicadores.



Nesse sentido, Pae Kim lembrou que muito se evoluiu nos últimos anos em relação ao acesso à informação, padronização e consolidação dos dados nacionais, mas que ainda há um longo caminho a ser percorrido para obter maior consistência entre sistemas, alimentação correta e contínua dos dados e lançamentos mais precisos.

“É necessário que os profissionais da área de estatística, capacitados para trabalhar com grandes volumes de dados, se debrucem sobre os registros primários constantes dos autos dos processos de seus tribunais, tais como classes, assuntos, movimentos, dados das partes, entre outros. Sem essas informações corretamente cadastradas e validadas não há como se falar em diagnósticos confiáveis”, comentou.

**Aprimoramentos** - Também presente ao evento, a conselheira do CNJ Maria Tereza Uille lembrou que, por ocasião da criação do CNJ, a Constituição Federal instituiu a necessidade de que anualmente o presidente do órgão de cúpula do Judiciário envie ao Congresso Nacional relatório com os principais dados e diretrizes do Judiciário.

“E são esses relatórios que formam o conjunto dos números do Judiciário e que permite avaliar e conferir maior eficiência, eficácia e transparência às políticas públicas do Judiciário”, disse a conselheira ao fazer referência à importância da estatística.

ciência, eficácia e transparência às políticas públicas do Judiciário”, disse a conselheira ao fazer referência à importância da estatística.

Ela lembrou que o acervo do Judiciário é formado por 80 milhões de processos e que é graças à estatística que hoje é possível saber, por exemplo, os principais temas do direito penal, cível e administrativo, entre outros ramos.

Em termos de aprimoramento e no âmbito do direito penal, a conselheira informou que 77 países adotam uma classificação internacional de crimes e que é necessário que o Brasil passe a integrar esse grupo. Para ela, o Judiciário brasileiro possui dados do direito penal, porém, essas informações estatísticas ainda não estão indexadas à classificação internacional de crimes. “É um assunto importante e isso permitiria comparar a situação penal do Brasil com a situação penal de outros países”, disse.

**Compartilhamento entre tribunais** - Na busca por aprimoramentos na coleta e uso dos dados estatísticos, o conselheiro do CNJ e ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Aloysio Corrêa da Veiga, abordou a questão do compartilhamento de experiências e informações entre os tribunais e a relevância disso para a credibilidade. “É necessário que a sociedade tenha no Judiciário a crença da distribuição de justiça e todos os setores são co-responsáveis para atingir essa finalidade maior”, afirmou. Segundo o conselheiro, a gestão da informação compõe a estrutura de conhecimento e a base de dados pelo qual o CNJ, que coordena todo esse sistema, dá transparência à atividade do Poder Judiciário no país. (Fonte: CNJ)

## Juizado Especial Itinerante de Guanambi passa por fase de divulgação



De 22 a 25 de julho foi realizada a fase de divulgação do Juizado Especial Itinerante de Guanambi/BA que acontecerá nos municípios baianos de Malhada e de Carinhanha para atender às comu-

nidades quilombolas que vivem às margens do Rio São Francisco.

Nessa primeira etapa, buscou-se parceria com as prefeituras, associações de moradores, de produtores rurais e de pescadores das comunidades quilombolas com o objetivo de divulgar as fases e datas de atendimento para os moradores da região.

O itinerante, coordenado pelo juiz federal Filipe Aquino Pessoa de Oliveira, da Subseção Judiciária de Guanambi, terá ainda a fase de atermção do dia 19 ao dia 23 de agosto e de instrução de 25 a 29 de novembro.

**EXPEDIENTE: Coordenação-Geral:** juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Tiragem:** 4 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

## HÁ DEZ ANOS

Há dez anos, o Justiça Federal Hoje publicou a seguinte notícia:



**06/08/09 - 1ª Vara se despede de seu diretor Osvaldino** - A emoção tomou conta dos juizes e servidores da 1ª Vara na última sexta-feira, 31/07 durante a homenagem de despedida de Osvaldino dos Santos Ferreira, que por 20 anos foi o diretor da Secretaria daquela unidade e agora se desliga da Justiça Federal para usufruir a merecida aposentadoria.

O juiz federal Pedro Braga Filho iniciou as homenagens com um breve relato da vida pessoal e profissional de Osvaldino, declamando trechos da canção Encontros e Despedidas, de Milton Nascimento e Fernando Brant. O magistrado enfatizou as qualidades do servidor como ser humano e profissional, dizendo que: “A primeira impressão que tive do Dr. Osvaldino é basicamente a mesma que persiste até hoje. Ser humano inteligente, sensível, com espírito de liderança, comunicativo, alegre na vida, sério no trabalho, consciente da sua dignidade como pessoa e profissional, comprometido com a Justiça Federal, como instituição e com a realização de justiça a nível pessoal... Como profissional, foi o meu principal colaborador durante todos esses anos, pessoa em que sempre confiei pela honestidade, competência, coragem de falar a verdade, conduta justa, palavras sensatas, silêncio apaziguador, espírito de luta e personalidade voltada para enfrentar desafios... A Justiça Federal e a 1ª Vara, em particular, devem muito ao Dr. Osvaldino, servidor que vestiu a camisa desta instituição e com amor e dedicação muito trabalhou para o seu engrandecimento, seguindo a escola da inesquecível Dra. Maria do Carmo Vieira Gomar”.

O juiz federal encerrou sua fala agradecendo pela inestimável ajuda e amizade do ex-diretor nesses dezesseis anos em que trabalharam juntos na 1ª Vara, desejando-lhe muita saúde e felicidade, uma vida longa produtiva e que possa realizar todos os seus sonhos de criança.

(...)

### Aniversariantes

**Hoje:** Edmundo Calhau Camurugy (NUASG), Wesley Andrade de Figueiredo (8ª Vara), Inaê Luiza Silva Rosário (Teixeira de Freitas) e Rubem Cledson Carneiro da Silva (Vitória da Conquista). **Amanhã:** Juiz federal substituto Diego de Amorim Vitorio (Paulo Afonso), Virginia de Barros Batista (NUASG), Arabel Veiga Souza (TURREC), Paulo Sérgio Pereira Lima (18ª Vara) e Isabella Ribeiro Matos Araújo (Turma Recursal).

**Parabéns!**